

Corte no orçamento pode paralisar hospitais

Vera Loureiro

Da Sucursal

São Paulo — Seis mil hospitais do País, tanto públicos como privados ou filantrópicos, conveniados com o Sistema Único de Saúde (SUS), podem parar a partir de sexta-feira. Motivo: o presidente Itamar Franco reeditou ontem a Medida Provisória 422 — que trata das prioridades do Orçamento da União em 1994, sem contemplar a área de Saúde. Chafic Farhat, presidente do Sindicato dos Hospitais do Estado de São Paulo e secretário-geral da Federação Nacional dos Estabelecimentos de Serviços de Saúde, disse ao **CORREIO BRAZILIENSE** que a situação beira o colapso total.

“Houve um equívoco gravíssimo na reedição da MP, por parte do Ministério da Fazenda. O texto não recoloca a Saúde no rol das despesas consideradas **incomprimíveis**, ou seja, que não podem sofrer cortes”, afirmou Farhat. Dessa forma, o Ministério da Saúde não poderá pagar (o prazo venceu ontem), CR\$ 180 bilhões aos hospitais, referentes às internações e atendimentos ambulatoriais de dezembro.

Farhat disse que os hospitais estão trabalhando no limite, e que se nenhuma medida emergencial for tomada pelo Governo a paralisação será fatal: “Sexta-feira vencem contas e folhas de pagamentos. Os sindicatos e funcionários começam a pressionar e não teremos alternativa”, afirmou.

O presidente do Sindicato dos Hospitais acrescentou estranhar que a MP 422 “embora não priorize a Saúde, garanta pagamento de bolsas de estudo, despesas no exterior do Ministério das Relações Exteriores, livros didáticos e benefícios ao servidor público”. Farhat, também deputado federal (PPR), estará amanhã com o ministro da Saúde, Henrique Santillo, em companhia de presidentes de sindicatos e associações de hospitais de todo o Brasil. Tentarão uma solução emergencial para evitar o colapso.

O Orçamento de 1994, que está para ser votado pelo Congresso, reduziu a dotação do Ministério da Saúde em 26 por cento — para programas — e em 33 por cento para pagamento dos prestadores de serviços de saúde. De toda a receita tributária prevista para 1994, apenas 0,75 por cento serão destinados à saúde.